



# A PANDEMIA DA COVID-19 E A SUBCENTRALIDADE DE BANGU: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS EM UM SUBCENTRO CARIOCA

Gabriel Magalhães Campos de Sousa <sup>1</sup>

## RESUMO

A pandemia da covid-19 alterou profundamente toda a estrutura do capitalismo mundial. O consumo foi profundamente impactado, uma vez que, as principais medidas de contenção da circulação do SARS-CoV-2 incluíam o distanciamento social e o eventual fechamento de atividades consideradas não essenciais. Nesse contexto, áreas de forte presença do setor de comércio e serviços foram afetadas, como é o caso do bairro de Bangu e, em especial, do calçadão de Bangu, importante subcentralidade comercial da cidade do Rio de Janeiro. O bairro foi altamente impactado tanto do ponto de vista sanitário quanto do ponto de vista econômico. Nesse sentido, faz-se necessário observar os impactos econômicos na área. Para tal, no presente trabalho buscar-se-á entender os impactos econômicos da pandemia no local, a partir da visão de uma comerciante da área. Ademais, serão analisadas as políticas econômicas implementadas pelos diferentes entes federativos no local, observando tanto dados secundários sobre a área, como a entrevista realizada no local.

**Palavras-chave:** Circuitos da Economia Urbana, Subcentralidade, Bangu, Pandemia da Covid-19.

## RESUMEN

La pandemia del covid-19 alteró profundamente toda la estructura del capitalismo mundial. Lo consumo fue profundamente impactado, una vez que, las principales medidas para contener la circulación del SARS-CoV-2 incluyeron el distanciamiento social y el eventual cierre de actividades no esenciales. En este contexto, áreas de fuerte presencia del sector de comercio y servicios fueron afectadas, como es el caso de la vecindad de Bangu e, em especial, del calçadão de Bangu, una importante subcentralidad comercial de la ciudad del Rio de Janeiro. La vecindad de Bangu fue altamente impactada tanto del punto de vista sanitario como económico. En este sentido, es necesario observar el impacto económico en la zona. Para eso, el presente artículo tratará de comprender las repercusiones económicas de la pandemia em la zona, desde el punto de vista de una comercializadora del calçadão de Bangu. Además, se analizará las políticas económicas implementadas por los diversos niveles de gobierno y sus efectos sobre el calçadão. El análisis se basará en datos secundarios y en una entrevista

## INTRODUÇÃO

A Covid-19, enfermidade provocada pela propagação global do vírus SARS-CoV-2, foi decretada pandêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em onze de março de dois mil e vinte (11/03/2020) após a constatação de que a circulação do vírus se encontrava fora de controle e já atingia todos os continentes do planeta. O alastramento

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ), gabrielmcdesousa97@gmail.com



da doença pelo território nacional obrigou o Estado brasileiro, em seus diferentes entes federativos (federal, estadual e municipal), a atuar de forma a mitigar os impactos econômicos provocados pela crise instaurada pelo vírus.

Desde a confirmação do estado de emergência sanitária, o Estado, em suas diferentes esferas político-administrativas, viu a necessidade de atuar diretamente na economia, afim de evitar a falência de empresas, o crescimento do desemprego, o aprofundamento da fome, da miséria e um conseqüente caos social. Tais políticas públicas, ações e intervenções provocaram uma série de mudanças não apenas na economia diretamente, mas também alterações em diversos espaços, sobretudo, aqueles em que as atividades econômicas se desenvolviam e se organizavam.

Neste sentido, o presente artigo objetiva discutir de que forma as medidas econômicas tomadas pelos governos federal, estadual e municipal impactaram a organização comercial, a circulação de pessoas e o consumo no calçadão de Bangu, área de intensa atividade econômica, especialmente na comercialização de produtos e na prestação de serviços. Partindo da concepção de Santos (1979) acerca do espaço geográfico torna-se imperativo compreender de que forma tais medidas impactam de maneira concreta e também de forma indireta no espaço geográfico. Assim, Santos (1996, p. 39) argumenta que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 1996, p. 39).

Ao longo da pandemia da Covid-19, que impacta diretamente as atividades econômicas a um ano e quatro meses uma série de medidas foram lançadas e adotadas, interferindo diretamente na organização, produção e utilização dos espaços econômicos. Em síntese, torna-se importante compreender como as políticas públicas impactaram e foram percebidas no espaço citado.

No contexto de análise do impacto das medidas econômicas implementadas, este estudo<sup>2</sup> tem como recorte espacial o subcentro comercial de Bangu, local que já é alvo de intensa análise em diversos campos das ciências sociais, tendo sido classificado como a 7º maior centralidade da cidade do Rio de Janeiro, em 2016, pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS 2016). A centralidade comercial do bairro também foi alvo

---

<sup>2</sup> Essa pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



de análise em trabalhos desenvolvido por Oliveira (2013; 2016). Ademais, o bairro também recebe destaque pela concentração de atividades econômicas e geração de empregos no setor de comércio e serviços pelo Instituto Pereira Passos através do aplicativo Bairros Cariocas<sup>3</sup>. Vale destacar ainda que a área foi fechada por ordem da prefeitura do Rio de Janeiro em alguns períodos afim de conter a disseminação do vírus, gerando impacto na vida dos moradores e dos trabalhadores do local. Na imagem 1 é possível observar a localização do calçadão de Bangu junto a outros importantes equipamentos econômicos, como o Bangu Shopping e o Supermercados Guanabara. No mapa 1 é possível conferir a localização do Bairro de Bangu na cidade do Rio de Janeiro e a principal forma de ligação com o Centro comercial da cidade.

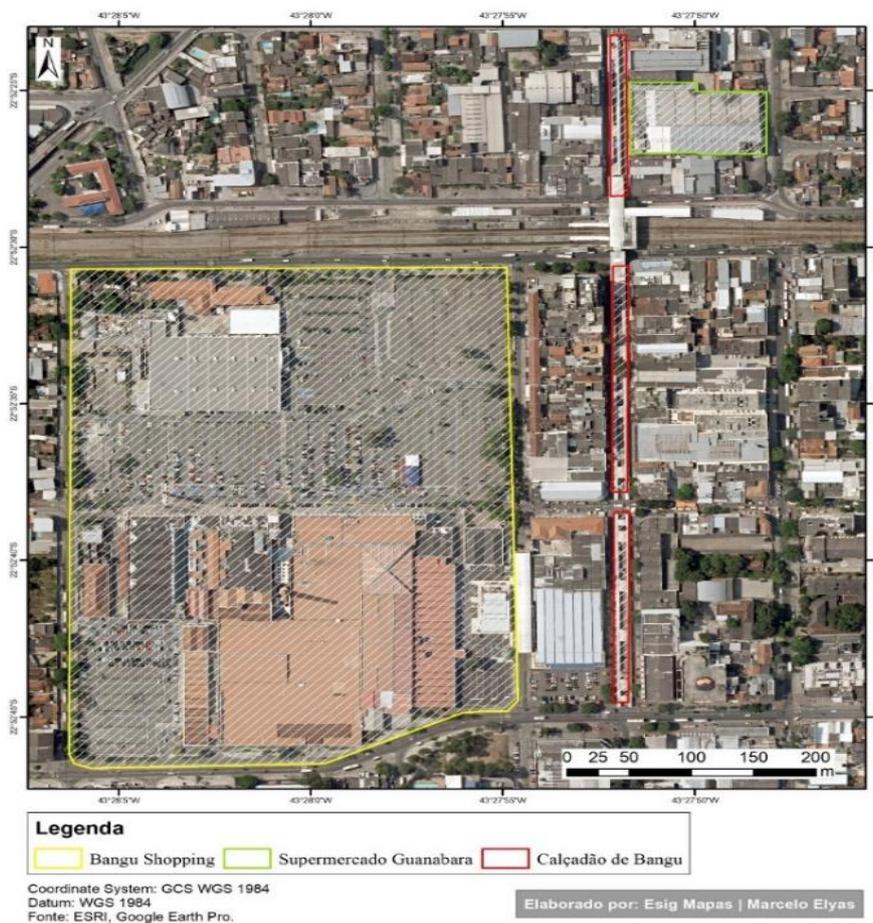
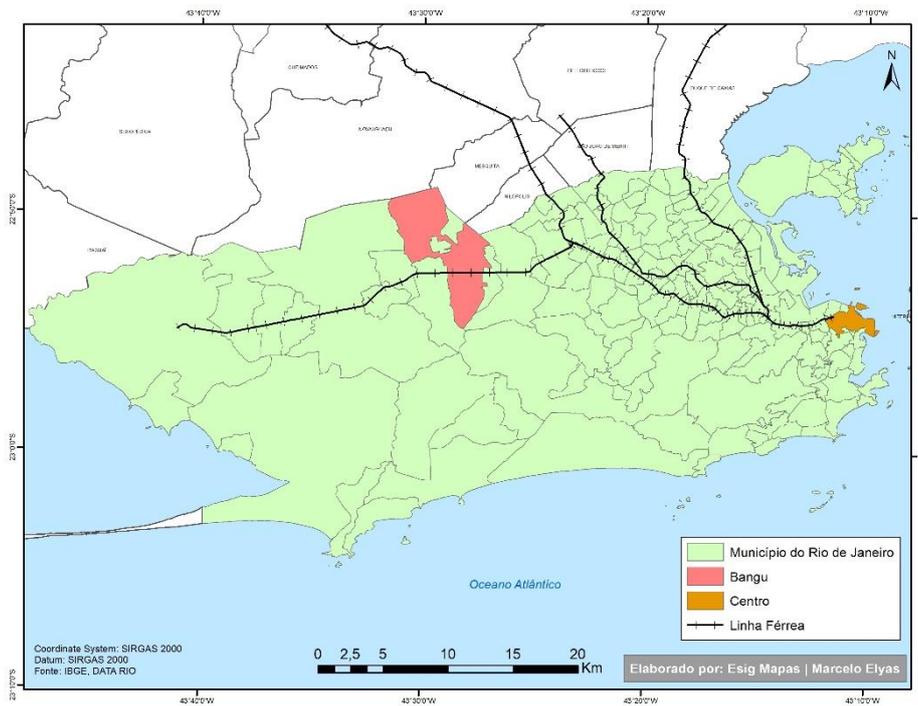


Imagem 1: Localização do Calçadão de Bangu, do Bangu Shopping e do Supermercados Guanabara.

<sup>3</sup> O aplicativo traz uma série de informações sobre os bairros da cidade do Rio de Janeiro e está disponível em <<https://www.data.rio/apps/7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76/explore>>;



Mapa 1: Posição Geográfica de Bangu com destaque para a linha férrea - 2019.

A disseminação do coronavírus exigiu adoção de uma série de medidas não farmacológicas, com intuito de controlar a pandemia e evitar a contaminação geral da população, evitando um número ainda mais elevado de óbitos. Entre as medidas mais propagadas pelos governos municipais e estaduais estão a utilização de máscaras, o distanciamento social e, eventualmente, o fechamento total ou parcial de diversas atividades econômicas, sobretudo, de comércio e serviços considerados não essenciais para a vida urbana. Todavia, como apontado por Cavalcante & Abreu (2020), Ferreira (2020) e Santos, Siqueira, Praça & Albuquerque (2020) a difusão atingiu sobretudo os bairros mais populares e com maior concentração de pessoas de baixo poder aquisitivo, como é o caso de Bangu.

Assim, para entender de que forma o espaço de Bangu se organiza e como essas medidas impactaram diretamente e indiretamente o local, do ponto de vista acadêmico, far-se-á uso da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana (SANTOS, 1979) onde o autor objetivava entender de que forma se dava o processo de produção, distribuição e consumo na economia urbana nos países que tiveram uma industrialização tardia e, assim, eram conhecidos como países subdesenvolvidos. A teoria é bastante útil para entender de que forma está organizado o calçadão de Bangu, que conta com a presença de franquias ligadas ao circuito superior da economia urbana, como o McDonald's e a Drogaria



Pacheco e com arranjos comerciais associados ao circuito inferior, como lojas geridas por famílias, camelôs e feirantes. Vale destacar que o arranjo econômico da área possui uma série de singularidades no espaço analisado, conforme analisado por Oliveira (2019).

## **APORTE TEÓRICO**

A presente pesquisa tem como recorte espacial, como já mencionado, o sub-centro comercial de Bangu, uma importante subcentralidade da metrópole do Rio de Janeiro e que já foi estudado anteriormente enquanto subcentralidade terciária (OLIVEIRA 2019; 2016;2015). Assim, neste artigo, será utilizado como arcabouço conceitual a discussão acerca da teoria dos dois circuitos da economia urbana, afim de entender de que forma se organiza e se distribui as atividades econômicas presentes no calçadão de Bangu. Associado a dicussão acerca desta teoria, discutiremos a centralidade urbana em conjunto com a policentralidade, uma vez que o subcentro comercial de Bangu está localizado na cidade do Rio de Janeiro, uma metrópole na qual a sua estrutura interna dispõe de ampla descentralização, ou seja, uma cidade policêntrica (SILVA, 2001 e SPOSITO, 2004).

Santos (1979) aponta a existência de dois circuitos presentes no interior da economia urbana em cidades dos países subdesenvolvidos, sendo eles o circuito superior e o circuito inferior. A teoria em questão possibilita entender, analisar e refletir sobre a dinâmica urbana e a produção do espaço a partir da produção, circulação e consumo de bens e serviços ao longo do território. A construção dessa teoria deu-se num contexto de entender de que forma o espaço urbano e atividade econômica se organizavam em países de industrialização tardia, visto que fato de que Christaller, em 1933, formulou a teoria das localidades centrais, que como apontado por Corrêa (1997, p. 18) “trata de um tema relevante que é o da organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social”.

Afim de entender que forma está organizada a centralidade comercial de Bangu, em especial do calçadão, devemos anteriormente entender que a centralidade, conforme aponta Lefebvre(1999[1970], p.110)

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria e a estilhaça. Não importa qual o ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo.

Ainda sobre a centralidade, Castells (1982, p. 65) argumenta que

A centralidade urbana provém, em primeiro lugar, da expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se especializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial.

Tal conteúdo seriam as atividades econômicas que atraem consumidores, trabalhadores e a população em geral para esse local, ademais é no contexto dos distintos níveis sociais, conforme apontado por Castells (1982) que formam-se áreas econômicas de maior importância para o tecido urbano. A centralidade comercial de Bangu deveria do forte comércio varejista e da diversidade de serviços prestados que podem ser localizados na localidade amplamente documentados e estudados em trabalho desenvolvidos por Sousa (2019) e Oliveira (2019; 2016; 2015). No calçadão de Bangu, em seu *mix* de ofertas de comércio e prestação de serviços aloca empresas e atividades ligadas tanto ao circuito inferior quanto ao circuito superior. Assim, o calçadão de Bangu centraliza atividades econômicas importantes não apenas para o bairro, mas também para toda a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, concentrando fluxo de pessoas, de capitais e ofertando vagas formais e informais de emprego. As atividades econômicas lá desenvolvidas alteram o tecido urbano da cidade. Nesse contexto Sposito (1991; p. 16 *apud* Silva 2003) afirma que:

[...] o processo de produção de novas formas/expressões da centralidade são reforçadores da noção de concentração, na medida em que se reproduz as formas de centralidade, ao se exprimir numa “poli(multi)centricidade” e, portanto, numa estrutura urbana multinuclear, que caminha para uma segregação espacial.

A centralidade urbana de Bangu, em escala local, está associada à sua forma-conteúdo (SANTOS; 1996) que se constituiu com importante centro comercial desde a década de 1970 (OLIVEIRA, 1991; OLIVEIRA 2015) com a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais. Já no contexto da metrópole carioca, insere-se como importante subcentralidade econômica num período em que a cidade passou por intensa reestruturação urbana e econômica, conforme apontado por Pacheco (2003; 2007).

Contextualizada a importância comercial do bairro não apenas para a população local como também para a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, explicita-se a necessidade de se compreender de que formas as medidas econômicas adotadas pelos entes federativos impactaram no funcionamento e organização da área estudada.

## **METODOLOGIA**



A operacionalização da presente pesquisa consiste, em primeiro lugar, no levantamento bibliográfico tanto dos conceitos e teorias que norteiam a pesquisa, quanto na busca por trabalhos que tenham abordado o recorte espacial analisado, conforme demonstrado no arcabouço teórico quando discutidos os conceitos e teorias que serão utilizados ao longo do trabalho.

O segundo momento consiste na busca e sistematização de dados secundários. Nesta etapa foram contabilizados o números de medidas adotadas por todos os entes federativos e analisados de maneira individualizada. Neste aspecto, cabe destacar que Rodrigues e Alves (2020) apontaram a importância de se compreender o compartilhamento e as responsabilidades atribuídas a cada ente federativo<sup>4</sup>. A partir da análise de tais políticas, a efetividade destas medidas será aferida a partir de outras fontes secundárias como publicações acadêmicas, reportagens jornalísticas e análise do desempenho da economia, considerando não só a sua variação, como também as variações observadas no mercado de trabalho. Na tabela 1 é possível conferir a quantificação de medidas econômicas e a divisão de acordo o ente federativo que a lançou.

Ente Federativo	Quantidade de decretos
União	31
Estado	42
Município	65

Tabela 1: Medidas de enfrentamento a covid-19 no campo econômico. Elaborado pelo autor em 01/07/2021. Fonte: Ministério da Economia e Procuradoria Geral do Estado<sup>567</sup>

<sup>4</sup> No dia quinze de abril de dois mil e vinte (15/04/2020), o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade a responsabilidade compartilhada entre todos os entes federativos, ou seja, determina a coordenação a União a coordenação das políticas de combate a pandemia e a estados e municípios o direito de tomar medidas mais restritivas de acordo com o andamento da pandemia em suas respectivas jurisdições.

<sup>5</sup> Adoção de fontes diferentes para contabilização se deve a manutenção do governo federal e do ministro da economia ao longo de todo o período pandêmico. Já a opção pelos dados disponibilizados pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro se deve as substituições feitas no âmbito dos poderes executivos do estado do Rio de Janeiro e do município do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> O site do Ministério da economia está disponível em < <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>>.

<sup>7</sup> O site da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro está disponível em < <https://pge.rj.gov.br/covid19/>>.



As medidas serão analisadas e classificadas de acordo com o seu impacto na economia, observando se interferem nas empresas, nos trabalhadores ou em ambos os grupos. Ademais, esta classificação também obedecerá a critérios analíticos relativos a teoria dos dois circuitos da economia urbana que norteiam o presente trabalho, ou seja, se tais medidas interferem na organização e funcionamento de um dos circuitos ou mesmo em ambos.

A análise acerca da efetividade destas medidas no calçadão de Bangu será aferida junto a uma comerciante já estabelecida na área de estudo. Para tal, será realizado uma entrevista<sup>8</sup> semi-estruturada. A opção por esse modelo de entrevista deve-se ao fato de que estas “(...) combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.” (BONI & QUARESMA, 2005).

Por fim, analisar-se-á dados econômicos disponibilizados pelo município e pelo Instituto Pereira Passos, afim de se ter a compreensão global dos impactos econômicos em relação a pandemia e ao seu enfrentamento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A observação dos decretos editados pelos chefes dos poderes executivo municipal, estadual e federal revelam, em primeiro lugar, a necessidade de uma melhor apuração de quais decretos realmente possuíam impacto direto e/ou indireto no funcionamento das atividades econômicas do calçadão de Bangu. Na tabela 2 é possível observar a quantidade de decretos editados que foram considerados para a produção dos resultados que serão discutidos na sequência, bem como a observação sobre o tipo de impacto gerado por cada decreto analisado. Os impactos foram divididos em dois grandes grupos, mas que não são excludentes entre si: impactos econômicos<sup>9</sup> e impactos espaciais<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Em virtude do risco epidemiológico, optou-se por um número reduzido de entrevistados, mas que contemplassem os principais setores da economia atuantes no calçadão de Bangu, ou seja, o comércio e a prestação de serviços.

<sup>9</sup> Como “impactos econômicos” foram considerados medidas que estavam diretamente relacionados a aspectos tributários, trabalhistas ou produtivos. Ou seja, medidas pensadas para a economia, mas que podem (ou não) interferir na organização espacial do espaço estudado.

<sup>10</sup> Como “impactos espaciais” foram considerados medidas que obrigavam o fechamento de atividades comerciais e prestações de serviços que fossem consideradas como não essenciais e também medidas de restrição de circulação total ou parcial em determinados espaços.



<b>ENTES FEDERATIVOS</b>	<b>Quantidade de decretos</b>	<b>IMPACTOS ECONÔMICOS EM BANGU</b>	<b>IMPACTOS ESPACIAIS EM BANGU</b>
UNIÃO	31	23	14
ESTADO	42	27	25
MUNICÍPIO	65	47	46

Tabela 2: Decretos dos poderes executivos sobre o combate da pandemia da Covid-19 – 2020/21.

Elaborado pelo autor. Fontes: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>>; < <https://pge.rj.gov.br/covid19/>>.

A análise dos decretos corrobora com as teses apresentadas por Rodrigues-Alves (2020) e Nascimento & Patrício (2020) de que houve uma grande descoordenação no combate à pandemia da covid-19 tanto para conter a disseminação do vírus quanto para evitar os impactos econômicos provocados pelas medidas restritivas. Chama a atenção o fato de que os decretos editados pela União versão, principalmente, para a desoneração de impostos tanto para importação quanto produção de produtos que viriam a ser amplamente utilizados, desde os de uso pessoal, como máscara e álcool em gel, quanto hospitalar, como respiradores. Todavia, não se observa o mesmo empenho para restringir a circulação da população pelo território nacional e, assim, evitar a disseminação do vírus e a consequente contaminação da população.

No que tange a atuação dos executivos municipal e estadual, todavia, observa-se um cenário diferente em relação a União. Ambos os poderes buscaram medidas tanto para evitar problemas econômicos quanto sanitários, objetivando controlar a disseminação do vírus. Assim, vemos uma maior consonância nos números de decretos que tiveram impactos econômicos e espaciais. Ademais, foram os poderes estadual e municipal que, na prática, assumiram a responsabilidade de decreta o fechamento ou medidas para restringir a circulação da população durante os períodos mais críticos da pandemia.

A criação de programas sociais, voltados tanto para a população quanto para empresas, em especial, micro e pequenas empresas foi o ponto convergente entre os entes



federativos que mais chamaram a atenção quando observados os decretos em tela. Esses decretos visavam, em especial, a manutenção da renda da população em geral quanto a eventual falência destas empresas.

A entrevista realizada com uma comerciante instalada no calçadão de Bangu revela, todavia, que muitos dos programas sociais não cumpriram total ou parcialmente os objetivos para os quais foi pensado. Ademais, destacou como a falta de informação e mesmo campanha de desinformação prejudicaram não apenas a vida pessoal como também o funcionamento de sua atividade. Ao relatar o período de adaptação a pandemia destacou o período como “Aterrorizante e complicado”. O fechamento do calçadão, em maio de 2020, foi cercado de problemas uma vez que muita desinformação sobre o que poderia ou não estar aberto circulou. A campanha direta do presidente da república contra o fechamento também foi lembrada, fato que dificultou a efetividade de restrição.

Observando o ponto de vista comercial, a comerciante destacou que as medidas de fechamento, apesar dos evidentes prejuízos, foram entendidas como um “mal necessário” uma vez que visavam a proteção da saúde e da vida humana. Além disso, muitos comerciantes da área, estando ela inclusa passaram a comercializar itens de higiene pessoal que se mostraram efetivos contra infecção do coronavírus, como a máscara e o álcool em gel.

Acerca das políticas públicas, quando questionada, a entrevista relatou que poucos problemas sociais foram efetivos na área, com a ressalva para o auxílio emergencial, que, segundo a mesma evitou grande queda no consumo e na renda tanto de amigos e familiares quanto consumidores. Destacou como principais problemas das políticas públicas a falta de assistência para despesas contínuas como aluguel e contas mensais, como luz, água e internet. Fato destacado pela entrevistada para reforçar o ponto de vista foi o crescimento no número de camelôs instalados no calçadão, fato que amplia a concorrência, dificulta a livre circulação das pessoas, gera aglomerações e demonstram que, mesmo com programas governamentais houve uma perda de renda em parte da população que passou a recorrer ao trabalho informal. Todavia, tais políticas públicas foram elogiadas afim de controlar o fluxo de pessoas em espaços públicos e, dessa forma, conter a disseminação do vírus.

A entrevistada, quando questionada sobre a as diferenças sentidas após o pico da pandemia, a reabertura das atividades econômicas e a maior circulação de pessoas na área relatou ter observado o maior crescimento de camelôs, contudo, havia uma diminuição



no fluxo de compradores. Tal leitura encontra respaldo quando observamos os dados econômicos em diferentes escalas, uma vez que o estado do Rio de Janeiro<sup>11</sup> apresentou o maior fechamento de postos de trabalho, em números absolutos, durante os momentos mais graves da pandemia. Em termos proporcionais, ficou apenas atrás do Estado do Ceará. O Boletim Econômico do Rio, emitido pela prefeitura municipal da cidade, também aponta o cenário de dificuldade enfrentado pela economia carioca, que voltou aos níveis pré-pandêmicos apenas em setembro deste ano.

Ainda acerca dos aspectos econômicos, observa-se, de acordo com a entrevistada uma instabilidade no fluxo de consumidores. Para ela “a esperança de melhora está nas vendas de final de ano”. Uma possível estabilidade, em sua análise, só viria em 2023. Os problemas sociais e econômicos provocados pela pandemia, em sua visão, só serão superados no longo prazo com a população recuperando a estabilidade financeira e uma redução no número de pessoas desempregadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia da covid-19 provocou profundas mudanças no mundo atual. O setor do comércio e a prestação de serviços foram profundamente impactados, uma vez que, foram as atividades que mais enfrentaram medidas restritivas para evitar o contágio e a disseminação do vírus. Assim, bairros como Bangu e, mais especificamente o calçadão de Bangu, que tem parcela significativa de sua atividade econômica voltada para o setor terciário da economia foram profundamente impactadas pelas medidas adotadas afim de evitar um cenário (ainda mais) crítico para a cidade do Rio de Janeiro.

A atuação dos entes federativos mostrou-se extremamente prejudicial para o setor. A descoordenação nas políticas públicas, a falta de diálogo entre os poderes e a desinformação propagada por setores do governo federal tornaram o cenário pandêmico ainda mais grave para os micro e pequenos empreendedores e, por consequência, os trabalhadores inseridos neste mercado. Outro fato que chamou a atenção da entrevistada e merece ser mencionado foi a falta de apoio financeiro e logístico para que as micro e pequenas empresas tivessem a infraestrutura necessária para reduzir os impactos econômicos.

---

<sup>11</sup> A informação é do jornal Folha Press e foi republicada pelo site “A Cidade On” e está disponível em < <https://www.acidadeon.com/economia/NOT,0,0,1630449,Ceara-e-Rio-sao-os-estados-que-mais-perderam-empregados-durante-pandemia-afirma-IBGE.aspx>>. Acesso em 10/08/2021.



O prognóstico traçado pela comerciante para os próximos meses do ano e para o ano seguinte revelam a descrença na capacidade dos líderes políticos de lidar com o cenário econômico bastante adverso que se avizinha. A desesperança se deve, sobretudo, a perda de renda enfrentada por parte significativa da população alinhada ao avanço da inflação, que corrói o já combalido poder de compra da população residente no bairro de Bangu e que tem no calçadão um dos principais pontos de consumo dos mais diversos produtos e serviços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE ON. **Ceará e Rio são os estados que mais perderam empregados durante a pandemia, afirma IBGE.** A Cidade ON. Disponível em <<https://www.acidadeon.com/economia/NOT,0,0,1630449,Ceara-e-Rio-sao-os-estados-que-mais-perderam-empregados-durante-pandemia-afirma-IBGE.aspx>>. Acesso em 10/08/2021.

BONI, V; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BRASIL. Ministério da Economia. **Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus) — linha do tempo.** Visto em 01/07/2021.

CASTELLS, Manuel. A Intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. **Espaço & Debates.** São Paulo, NERU e Cortez, 6:64-75, 1982.

CAVALCANTE, J. R.; ABREU, A. J. L. COVID-19 no município do Rio de Janeiro: análise espacial da ocorrência dos primeiros casos e óbitos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 3, p. 01-10, 2020

CAVALCANTE, J. R.; ABREU, A. J. L. COVID-19 no município do Rio de Janeiro: análise espacial da ocorrência dos primeiros casos e óbitos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 3, p. 01-10, 2020

CORREA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FERREIRA, A. A cidade, a desigualdade e a pandemia. **Geo-PUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 13, n. 24, p. 12-24, 2020.



FERREIRA, A. A cidade, a desigualdade e a pandemia. Geo-PUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, v. 13, n. 24, p. 12-24, 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: relatório técnico. Rio de Janeiro, 2016.

LINS, T. G.. Organização espacial e necropolítica: uma análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 104, p. 187-204, 2020.

NASCIMENTO, B. P.; PATRÍCIO, J. V. S. . Espreadimento da COVID-19 pelo município do Rio de Janeiro e suas desiguais manifestações espaciais. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 11, p. 135-151, 2021.

OLIVEIRA, M. P. de. **Bangu: de Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a mais uma Fábrica da Cidade**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, M. R. **Centro e centralidade urbana: o exemplo do calçadão de Bangu** (Rio de Janeiro). In: XI SEUR ? V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano, 2015, Pelotas. Centro e centralidade urbana: o exemplo do calçadão de Bangu (Rio de Janeiro), 2015. p. 136-150

OLIVEIRA, M. R. **Comércio, consumo e desigualdade no Rio de Janeiro: um estudo comparativo entre os espaços terciários de Bangu e Leblon**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, M. R. **De espaço da produção para espaço de comércio e consumo: o exemplo do bairro de Bangu (RJ)**. In: CINCCI - V Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem, 2016, São Paulo. De espaço da produção para espaço de comércio e consumo: o exemplo do bairro de Bangu (RJ), 2016.

OLIVEIRA, M. R. de. **Análise da dinâmica do comércio e dos serviços na zona oeste carioca: o exemplo do bairro de Bangu (RJ)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

PACHECO, S. M. M . **Dinâmica da Terciarização e Reestruturação Urbana no Rio de Janeiro**. In: 9º Encuentro Internacional de Geógrafos, 2003, Mérida. 9º Encuentro Internacional de Geógrafos, 2003.

PACHECO, S. M. M. **Resiliência Urbana e Comercial em Áreas Centrais**. Geo UERJ (2007), v. 2, p. 303-852, 2012.



RIO DE JANEIRO. Procuradoria Geral do Estado. **Decretos do município do Rio de Janeiro no combate ao coronavírus.** Disponível em < <https://pge.rj.gov.br/covid19/municipal/decretos> >. Acesso 01/07/2021.

RIO DE JANEIRO. Procuradoria Geral do Estado. **Decretos Estaduais no combate ao coronavírus.** Disponível em < <https://pge.rj.gov.br/covid19/estadual/decretos>>. Acesso em 01/07/2021

SANTOS, J. P. C.; SIQUEIRA, A. S. P.; PRAÇA, E. L.; ALBUQUERQUE, E. G. Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 01-12, 2020.

SANTOS, J. P. C.; SIQUEIRA, A. S. P.; PRAÇA, E. L.; ALBUQUERQUE, E. G. Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 01-12, 2020.

SANTOS, M. (1978). **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

SOUSA, G. M. C. **Bangu: do bairro operário à centralidade comercial. Uma análise sobre conflitos e cooperações entre agentes produtores do espaço urbano no bairro.**

In: XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019, São Paulo. Anais eletrônicos, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia.** Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo, 1991. v.10.